

## O PROCESSO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO A NORTE OS ANOS DECISIVOS (Jorge Sarabando)

1 - Sabemos: a História não é neutra. Os factos são objectivos, mas podem ser omitidos ou rasurados. Os juízos sobre os factos, podendo ser contraditórios e até opostos, são em regra condicionados pela ideologia dominante, e esta é a da classe dominante.

Questão é que sem memória não há futuro. Por isso aprofundar o conhecimento do passado e lutar pela verdade histórica é indispensável para compreendermos o presente e prepararmos o futuro.

O discurso hegemónico sobre o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril tem sido, não o dos que operaram as conquistas democráticas mais tarde inscritas na Constituição, o MFA e o movimento popular, mas o daqueles que se lhes opuseram. E deste modo, muitos dos que mais decididamente enfrentaram os golpes de Palma Carlos, do 28 de Setembro, do 11 de Março e a escalada de violência que se lhe seguiu, em todos participando Spínola (golpes esses, sim, que visavam uma nova ditadura), e ainda os frustrados golpes neo-colonialistas em Moçambique e em Angola, os que lutaram pelo cumprimento integral do Programa do MFA ficaram como réus, na narrativa prevalecente.

Sem cair em paralelismos, que em geral empobrecem a visão da História na sua complexidade, é útil anotar, no entanto, uma característica singular: a direita em Portugal (como em outros países e épocas, como a Espanha republicana ou o Chile de Allende) promove a desordem para depois surgir, de asas brancas e espada justiceira, a repor a ordem, nas ruas e nos espíritos.

Já Sidónio Pais, ao vencer o sangrento golpe de Dezembro de 1917, financiado por grandes proprietários alentejanos, declarava: “Venceu a República, contra a demagogia”, tendo “em vista restaurar a justiça e o império da lei”.

Em 28 de Maio de 1926, muitos dos seus protagonistas, como o almirante Mendes Cabeçadas, que foi Chefe de Estado por escassos dias, parecia acreditar sinceramente que iam salvar a República. A Ditadura durou, como sabemos, 48 anos.

Também os golpistas de Julho e Setembro de 74 e de Março de 75 diziam que iam restaurar a ordem, salvar a liberdade, assegurar o progresso e retomar o 25 de Abril. Mesmo o major Rosa Garoupa, golpista de 11 de Março na GNR, teve tempo de declarar à imprensa que a sua acção se destinava “a repor a pureza do MFA”.

A direita é assim.

2 - O que ocorreu em Portugal, com o 25 de Abril, foi uma Revolução (raramente acontece na História a força armada comungar com o povo em luta), que conquistou a liberdade, alcançou a paz depois de uma guerra de 13 anos, melhorou as condições de vida de quem trabalha, iniciou um processo de desenvolvimento, bem sucedido, sem ter como base o capital monopolista e latifundiário.

Durante quase dois anos, o poder político não agiu em função do poder económico e financeiro, agiu, sim, em função dos interesses do Povo e do País, sob o impulso de um poderoso movimento popular, caldeado em lutas seculares por aspirações de justiça, que

## O PROCESSO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO A NORTE OS ANOS DECISIVOS (Jorge Sarabando)

rompeu com cadeias de opressão e exploração, desigualdades afrontosas, cânones oficiosos e tutelas senhoriais.

As conquistas políticas, económicas, sociais e culturais foram tão longe quanto possível, e foi a partir da realidade em transformação que a Constituição foi sendo escrita.

A direita não tardou a reagir, em estreita articulação com o Governo norte-americano e seus correspondentes na Europa, e acordou num método: ganhar apoios militares, dividir o MFA e o movimento popular, impedir a coordenação dos centros de decisão, promover a sabotagem económica e a fuga de capitais, financiar organizações patronais e sindicais divisionistas, incentivar a insegurança e o descrédito das instituições no quadro de uma escalada de tensão. Nada de inteiramente novo, que já não tivesse sido experimentado noutros lugares, como a América Latina, mas adaptado às circunstâncias, às forças em presença e ao perfil dos actores no terreno.

A onda de violência que, nos meses seguintes ao falhado golpe de 11 de Março, abalou o norte e o centro do País, com atentados bombistas e assaltos aos Centros de Trabalho de partidos de esquerda e de sindicatos, executados pelo ELP, MDLP e congéneres, dá-nos a ideia da vindicta de sangue e destruição concebida pelos seus autores morais.

3 - Mas há 40 anos, por estes dias, o panorama era outro. Havia tranquilidade e um certo halo de entusiasmo e optimismo contagiantes.

O 28 de Setembro parecia já distante, e da frustrada insurgência dos colonos de Moçambique chegavam apenas ecos longínquos.

Vivia-se no Porto uma jornada histórica, uma das maiores manifestações de sempre, com massas compactas de gente da Praça da Liberdade à Praça Humberto Delgado, que recebiam e vitoriavam o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. Maior na dimensão e na carga espontânea que teve. O dia de trabalho para a Nação, de 5 de Outubro, foi amplamente participado e pela primeira vez muitos portugueses conheceram o valor do trabalho, sentiram-se integrados numa comunidade e a construir o futuro.

Sucediam-se greves de sectores profissionais, alguns pela primeira vez, como os empregados de café, ou os então chamados caixeiros pela semana inglesa, ou os pescadores pelo contrato de trabalho que os armadores se recusavam a assinar, bem como grandes plenários de professores em torno das colocações e do ajustamento de letra. Mas este era o pulsar normal duma democracia.

Outras lutas eram de trabalhadores que ocupavam as unidades fabris para as manter em laboração, dada a sabotagem económica ou o abandono pelos patrões. Em alguns casos, houve ocupação temporária das sedes das federações patronais para as obrigar à negociação. Casas e palacetes eram ocupados, para fins sociais ou habitação própria. O SAAL havia sido criado, perante esse clamor, que atravessava todas as manifestações, de "casas sim, barracas não".

## O PROCESSO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO A NORTE OS ANOS DECISIVOS (Jorge Sarabando)

O Governo tinha de nomear militares para a gestão de empresas, ou de instituições como a Casa do Douro ou o complexo do Cachão, ou a Comissão Administrativa das Câmaras, como a do Porto, onde o capitão Boaventura Ferreira deu um exemplo de firmeza e competência. Muitos militares foram nomeados para exercer funções públicas, e o seu valioso contributo para dirimir conflitos e assegurar a normalidade institucional nunca foi devidamente reconhecido.

Nas escolas, onde era patente a manipulação da direita, vivia-se ainda alguma efervescência, esbatida em relação ao verão de 74, com greves de curta duração contra o Serviço Cívico ou as médias de exames.

As campanhas de dinamização do MFA em Trás-os-Montes, Douro, Minho e Beiras, apresentavam resultados positivos, mas já era visível a reacção violenta dos caciques locais,

4 - Dois acontecimentos marcaram o início de 75.

Primeiro, o boicote violento ao Congresso do CDS a decorrer no Palácio de Cristal, em 26 de Janeiro. Patrocinado entre outros pelo PRP e a FEC ( grupúsculo esquerdista que se evaporou depois do 25 de Novembro), conseguiu os seus fins, apesar da intervenção militar, à custa de um sem número de feridos e carros incendiados. A DORN/PCP classificou-o como uma "provocação que só servia a reacção", como se comprovou, pelas suas repercussões internas e externas. Com esta e outras acções anarquizantes, ao longo do processo revolucionário, o esquerdismo mostrou-se um aliado objectivo da direita.

Segundo, o comandante da RMNorte, brig. Corvacho, revelou à imprensa, em 24 de Março, as provas da conspiração do ELP e a sua ligação com a CIA e o golpe de 11 de Março. Gente grada do patronato mais reaccionário ligado ao fascismo foi presa. Foi um acto de enorme coragem de Corvacho, que se diria ter ditado a sua sorte a prazo. A direita não descansou enquanto não logrou a sua demissão, o que viria a acontecer em Setembro, após o pronunciamento dos comandantes de algumas unidades militares da Região, sendo substituído pelo brig. Pires Veloso.

"Reaccionários fora dos quartéis, já!" tornou-se, então, uma das palavras de ordem mais gritadas em sucessivas manifestações e que levaram à ocupação do RASP por soldados de outros quartéis, na sequência da extinção forçada do CICAP, decretada por Pires Veloso. Por oposição, PS, PPD e CDS convocavam outras manifestações de apoio ao novo Comandante. Na sequência de algumas destas manifestações, foram atacadas e vandalizadas instalações de partidos de esquerda e de sindicatos, como aconteceu com a sede da União de Sindicatos do Porto. Uma verdadeira batalha campal, com dezenas de feridos, ocorreu entre defensores do RASP e atacantes chegados numa manifestação do PPD.

Significativamente, um dos actos prioritários do brig. Pires Veloso, com base num "estudo" de uma "Comissão de Economia" por si criada no QG, foi, segundo a imprensa, pedir o descongelamento das contas bancárias de ELP's e outros golpistas presos.

## O PROCESSO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO A NORTE OS ANOS DECISIVOS (Jorge Sarabando)

A contra-revolução estava em marcha, com mais intensidade desde as eleições para a Assembleia Constituinte.

ELP, MDLP e outras organizações recrutavam mercenários, com mais facilidade entre ex-pides e ex-legionários, ou entre retornados em desespero, na sua cruzada “pela liberdade, paz e concórdia” ou mesmo pela “pureza do 25 de Abril”, como enganosamente diziam, de facto uma cruzada anti-democrática.

Lembremos que de Maio a Novembro de 75 ocorreram, executadas por tais organizações, 116 atentados bombistas, 123 assaltos a instalações, 31 incêndios, 8 atentados a tiro, 8 espancamentos, 6 apedrejamentos, num total de 292 acções criminosas, que causaram vários mortos, na maioria inocentes, um sem número de feridos e prejuízos incalculáveis. Cerca de 2/3 destas acções ocorreram nos distritos do Porto, Braga, Viseu, Leiria, Aveiro e Bragança, e os alvos políticos foram na sua grande maioria centros de trabalho do PCP e doutros partidos de esquerda, instalações culturais, sindicatos, ou bens materiais pertencentes a conhecidos democratas.

Para se ter uma ideia do ódio cego que movia tal gente, recorde-se o atentado bombista, em Outubro, contra a tipografia onde seria impresso um livro de homenagem a Vasco Gonçalves, e passados poucos meses contra a cooperativa Árvore.

Embora Spínola tenha ordenado a suspensão das actividades do MDLP em 29 de Abril de 76, ou seja o “cessar fogo”, a rede terrorista prosseguiu as suas acções até 1977. No total do País, realizaram-se 566 acções, das quais 310 atentados bombistas. O Porto continuou a estar no topo dos distritos atingidos.

Registe-se que, no entanto, foram poucos os presos efectivos e condenados. E que Spínola voltou a Portugal, reintegrado nas Forças Armadas e promovido a marechal.

Entre Maio e Novembro de 75, estas acções violentas foram acompanhadas de uma ofensiva da direita em todas as frentes.

As Comissões Administrativas das Câmaras onde pontificavam pessoas de esquerda foram demitidas à força, como aconteceu em Mirandela, S. Pedro do Sul, Estarreja, e dezenas de outros Municípios.

Empresas intervencionadas ou geridas pelos trabalhadores e administradores nomeados pelo Governo, foram reocupadas pelos antigos donos e gente arrebanhada, por vezes com acções violentas como na FACAR, na TMG, entre tantas outras.

As ocupações de casas foram travadas, ou impedidas. Mas o Bairro de S. Tomé e o de Contumil aguentaram-se. Muitas creches e jardins de infância assim criadas vingaram ( a taxa de cobertura da rede do pré-escolar era à época de 3%).

As lutas dos trabalhadores, no entanto, prosseguiram com idêntico vigor, como a dos pedreiros de Braga, onde centenas ocuparam a delegação do Ministério do Trabalho até verem satisfeitas as suas reivindicações, ia já o mês de Dezembro no fim.

## O PROCESSO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO A NORTE OS ANOS DECISIVOS (Jorge Sarabando)

5 - No Porto houve um 25 de Novembro que não chegou a acontecer.

Os que tinham feito publicar a notícia no "Comércio do Porto", dias antes, que a Assembleia Constituinte ia mudar para o Palácio da Bolsa, que o Governo também viria para o Porto, os dirigentes partidários que viajaram de facto para o Porto e aqui se colocaram sob a asa protectora de Pires Veloso e Lemos Ferreira, os que mobilizaram centenas de pessoas para envolver a Base de Cortegaça a quem, segundo a imprensa, num só dia foram servidas 400 refeições, os que aguardavam as centenas de armas que, também segundo a imprensa, foram apreendidas acidentalmente pela Guardia Civil, junto à fronteira, todos esses e muitos outros não tiveram o seu 25 de Novembro, não puderam marchar sobre a "comuna de Lisboa" e atirar os comunistas ao mar, como diziam alguns nos seus arreganhos boçais.

Mas nessa noite, um bando de arruaceiros fixa-se num carro estacionado na rua Guedes de Azevedo no Porto, onde dois homens conversavam. Gritam que são comunistas. Os homens, assustados, fogem, alguém dispara. As balas feriram um e mataram outro. Afinal eram dois operários vidreiros, certamente ligados ao sindicato. Os assassinos ficaram impunes, e o operário foi a enterrar no dia seguinte, com palavras de consternação dos seus companheiros e da União de Sindicatos do Porto, como se pôde ler na curta notícia publicada na imprensa local.

Foi assim o 25 de Novembro na Porto.

Era esta a democracia que urdiam. Era esta a democracia que queriam implantar em Portugal.

6 - Concluímos, dizendo que, apesar da violência que ensombrou alguns momentos, os dois primeiros anos de Revolução foram de progresso, liberdade vivida, mais garantias sociais, melhores condições de vida para os trabalhadores e a população em geral.

Hoje, 38 anos depois, o domínio do grande capital foi reconstituído, as privatizações prosseguem a bom ritmo com as cumplicidades habituais, a exploração do trabalho intensificou-se, o medo entranhado voltou aos locais de trabalho. O Porto tem índices de desemprego e de pobreza superiores à média nacional, e já não é a capital do trabalho, como se orgulhava.

A História ajuda-nos a compreender.

7 – Uma palavra final:

40 anos depois do 25 de Abril, uma fronteira se ergue na terra portuguesa.

A que separa os que defendem a Constituição da República e os que se lhe opõem. Os que a cumprem e os que todos os dias a golpeiam por acção ou omissão.

**O PROCESSO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO A NORTE**  
**OS ANOS DECISIVOS**  
(Jorge Sarabando)

Mas a Constituição, com tudo o que significa de carta de unidade, de progresso, de democracia, de pouco vale se não houver mulheres e homens que lutem pelo seu cumprimento.

Dessa luta depende o futuro da nossa Pátria soberana.

Jorge Sarabando